


“Redentor do Nordeste”: as obras contra as secas e o projeto político de José Américo de Almeida no Ministério de Viação e Obras Públicas (1930-1934)¹

“Redeemer of the Northeast”: the works against drought and the political project of José Américo de Almeida in the Ministry of Transport and Public Works (1930-1934)

Luiz Mário Dantas Burity

 <https://orcid.org/0000-0003-1357-1243>

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: À frente do Ministério de Viação e Obras Públicas entre 1930 e 1934, José Américo de Almeida empreendeu uma campanha contra as secas com recursos em uma proporção não antes vista na região. Isso se devia, sobretudo “Redentor do Nordeste”: as obras contra as secas e o projeto político de José Américo de Almeida no Ministério de Viação e Obras Públicas (1930-1934), à coalização de forças do Bloco do Norte. O objetivo desse texto é compreender os capitais, o trabalho político e as intenções do ministro na condução do programa de assistência social e obras contra as secas. A documentação acessada incluiu jornais, relatórios, correspondências, diários, romances para entender as ideias e disputas de poder então em jogo. A partir das leituras de Michel Offerlé (1987), percebemos que o sentido do seu trabalho político não era a construção de uma oligarquia “americista”, como é difundido por uma parte da historiografia, mas antes de tudo, a defesa de uma representação política nortista no Executivo Federal e de uma agenda de investimentos na região, sobretudo nos espaços mais atingido pelas estiagens.

Palavras-chave: José Américo de Almeida. Obras contra as secas. Governo Provisório.

Abstract: At the head of the Ministry of Transport and Public Works between 1930 and 1934, José Américo de Almeida makes a campaign against drought with the resource in a proportion never done before in that region. This was mainly due to the coalition of forces in the Northern Bloc. The objective of this paper is to map the capitals, the political work and the intentions of the minister in conducting the social assistance program and works against drought. The documentation accessed included newspapers, reports, correspondence, diaries, novels to understand the ideas and power struggles at play. Using the concepts of Michel Offerlé (1987), we realized that the reason of his political work was not the construction of an “americist” oligarchy, as a part of the historiography says. It was, above all, the defense of a northern political representation in the Federal Executive Power and the investments in the region, mainly in the spaces most affected by drought.

Keywords: José Américo de Almeida. Works against the drought. Provisional Government.

SECAS E ASSISTÊNCIA

Chegam novos telegramas do Rio Grande do Norte noticiando que a capital do estado começa a ser invadida por levas de sertanejos, que vêm batidos de suas terras pela seca desoladora e cruel.

Não são diferentes as informações vindas do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, de todos os estados nordestinos.

Estamos, assim, diante de mais uma seca. Não é a primeira, não será a última. Trata-se de um fenômeno cósmico, a cuja fatalidade é impossível fugir.

Possível é, porém, atenuar os seus tremendos efeitos.

O remédio estará em que os governos se disponham a agir com segurança, obedientes a um



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Esse artigo é um produto da minha tese de doutorado *José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937* (2021), orientada pela Profa. Lucia Grinberg, financiada pela FAPERJ.

plano sistemático, a um programa traçado com firmeza.

Se assim fizer, e assim acreditamos que se vai fazer, pois o sr. José Américo de Almeida é filho do Nordeste, e bem conhece o problema em todos os seus aspectos, as secas futuras poderão vir, certamente virão, mas as populações sertanejas não se deslocarão, não emigrarão, aparelhadas que estarão para resistir-lhes aos efeitos dolorosos.

A hora é a dos socorros imediatos, é a da assistência aos que já estão passando fome e sofrendo de sede.

Mas indispensável é que não se fique nessa fase do socorro, e se trace o programa do conjunto².

No verão de 1932, as chuvas tardavam a chegar, anunciando mais um tempo de estiagem que assolaria o sertão nordestino e, em sua esteira, a tragédia social que a acompanhava – populações famintas, sedentas e doentes, migrando para as cidades da várzea e litoral; aumento da criminalidade etc. Mas dessa vez uma esperança aparecia no horizonte, ou pelo menos era essa a narrativa que o *Diário de Notícias*, como outros veículos de imprensa, circulava no começo de março. José Américo de Almeida era o titular do Ministério de Viação e Obras Públicas, depois de uma campanha militar triunfante nos estados do Norte³, que garantira o sucesso da Revolução de 1930 e subsequente posse de Getúlio Vargas. Havia capital político para que as elites da região esperassem um programa de investimentos em assistência social e obras contra as secas.

José Américo aproveitou seu prestígio no Governo Provisório, na oportunidade em que as notícias das estiagens sensibilizavam a opinião pública, para mobilizar recursos para as políticas de combate às secas – que incluíam medidas de assistência social no curto prazo, obras hídricas e de transporte – e reivindicar uma ampliação na cota do orçamento nacional destinada aos investimentos em infraestrutura no Norte. Esse esforço, que se tornou um projeto pessoal de poder, evocava seu trabalho como estudioso do fenômeno das estiagens – quando escreveu o ensaio sociológico *A Paraíba e seus problemas* (1923) e o romance *A Bagaceira* (1928) – e o apresentava como continuador da obra de Epitácio Pessoa – “Redentor do Norte”, como ele intitulava – que tornara essa uma agenda prioritária de governo.

A gestão das obras contra as secas é usualmente tratada na historiografia paraibana como um esforço das lideranças do governo federal – sob comando de José Américo – em retomar os acordos com chefes políticos municipais alijados do poder com a Revolução de 1930 e assim constituir uma oligarquia “americista”. Eliete Gurjão (1994) e Martha Santana (2000) apresentam conceituações centrais dessa discussão, que foram ampliadas por outras referências⁴. Nessa narrativa, o ministro, entendido como “quem dava as cartas do jogo político no estado”⁵, teria aproveitado a calamidade para construir em torno de si mesmo a imagem de um herói, ao passo em que negociava com os latifundiários a construção das obras públicas, cuja maior parte teria se dado em terras privadas. Isso em meio ao processo de constitucionalização que se anunciava na opinião pública e resultaria nas eleições de 1933 e 1934.

A despeito dessa interpretação, contudo, eu entendo que a intenção do ministro – a qual não se pode perder de vista na discussão dos sentidos do seu trabalho político – era antes de tudo criar uma agenda permanente de investimentos federais no Norte, mobilizada a partir das políticas contra as secas. Essa era uma reivindicação antiga das elites, pautada por intelectuais, incluindo ele próprio, como tarefa indispensável ao desenvolvimento e integração nacional, e fazia parte do

² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1932, p. 3.

³ Esse é um momento em que as categorias “Norte” – conforme utilizado no século XIX, em uma divisão do país em Norte e Sul – e “Nordeste” – envolvendo apenas a porção de terras compreendidas entre o Maranhão, a Bahia e a faixa litorânea – coexistem no debate público. Mas costumam envolver domínios diferentes. No âmbito da política *stricto sensu*, se falava em um “Bloco do Norte”, coalização política comandada por Juarez Távora no pós-1930. Mas quando o assunto era a seca, era o “Nordeste” que entrava em cena, em uma circunscrição territorial marcada pelo clima, inscrita na geografia, segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011), pela produção cultural que criada a partir dela.

⁴ Martinho Guedes dos Santos Neto (2007) e Bento de Sousa Neto (2016) discutem esse processo a partir das inventórias de Antenor Navarro e Gratuliano de Brito. Jivago Barbosa (2020) o faz a partir da trajetória de José Américo no Ministério de Viação e Obras Públicas.

⁵ Essa expressão foi usada por Bento de Sousa Neto (2016, p. 38).

projeto que o colocara naquele cargo. A efetivação de um programa com essa magnitude – que mobilizava recursos federais em grande proporção e se queria duradoura como política de Estado – no entanto, tinha em seu percalço a necessidade de construir acordos em âmbito nacional e local de várias ordens. Mas nem por isso os esforços pela modernização na infraestrutura dos meios hídricos, de comunicação e transporte nos estados nortistas seriam uma mera tentativa de constituir um novo regime de representação restrita a partir do seu poder pessoal – uma oligarquia. Trabalho político, afinal, conforme Michel Offerlé (1987), não se faz sem o cálculo das forças e negociação dos ganhos – públicos, públicos divisíveis e privados.

O objetivo desse texto é compreender os capitais, o trabalho político e as intenções de José Américo de Almeida na condução do programa de assistência social e obras contra as secas em seu tempo como ministro do Governo Provisório (1930-1934). Para tanto, consultei dois relatórios produzidos e publicados por ele ao final da sua administração – *O Ministério de Viação no Governo Provisório* (1934) e *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação* (1934) – mas também periódicos como o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, ambos da Capital Federal, e o jornal *A União*, do estado da Paraíba, por se tratarem dos dois principais espaços de sua vida política; correspondências; livros de memórias; ensaio sociológico, romance e novelas publicadas por ele nas décadas de 1920 e 1930.

Do governo Epitácio Pessoa ao ministério de José Américo: a pauta da representação nortista no Executivo Federal

O mandato de Epitácio Pessoa na presidência da República, entre 1919 e 1922, foi um momento especialmente comemorado pelos políticos e intelectuais paraibanos, fossem eles situacionistas ou opositores. Essa era uma oportunidade, de fato, singular para que os interesses das elites políticas da região, e mais particularmente do estado, pudessem ser pautados na arena pública nacional. Entre os assuntos mais polêmicos que compuseram essa agenda estavam as obras contra as secas. O problema das estiagens nos sertões nortistas não era novidade, relatos atestavam a sua recorrência desde o período colonial. Mas o poder público passou a atender de fato para a calamidade depois da seca de 1877, quando o governo imperial orientou os primeiros esforços para assistir à população atingida. Durante a Primeira República, políticas sistemáticas tomaram espaço no orçamento do poder público. No governo de Nilo Peçanha, no ano de 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Mais tarde, na gestão de Delfim Moreira, em 1919, essa instituição passou por uma reformulação e adicionou “Federal” ao nome (IFOCS).

O engajamento de intelectuais – como os engenheiros André Rebouças, Aarão Reis e Arrojado Lisboa – na causa foi imprescindível para que os esforços de combate às secas fossem institucionalizados, e assim pudessem ser previstos no orçamento e observados no longo prazo, e não só nos momentos emergenciais. Eu concordo com Kleiton de Sousa Moraes (2010), portanto, que é preciso compreender o objetivo social dessas políticas públicas, sem diminuí-las a um mero esforço dos políticos para fortalecer as suas bases de poder. Apesar disso, a eleição de um civil nortista para a presidência da República – Epitácio Pessoa – conferiu nova importância ao tema. O presidente ampliou bastante os investimentos na IFOCS. Foi no governo do estadista paraibano que, conforme Lucia Guerra Ferreira (1993, p.96), se tornou possível “investir em larga escala e iniciar simultaneamente um grande número de obras na região”. Essa disposição orçamentária, diga-se de passagem, renderia confrontos com os políticos e os jornalistas de São Paulo, que reivindicavam maiores parcelas dos subsídios federais para o café na Câmara e no Senado.

José Américo, nessa ocasião, ocupava o prestigiado cargo de procurador-geral do estado. O qual conseguira por influência do seu tio materno, monsenhor Walfredo Leal, chefe de uma oligarquia que dominou o estado por vinte anos, mas que foi derrotada por Epitácio Pessoa em 1915. Apesar disso, o jovem bacharel não perdeu sua função e foi se aproximando de um grupo de escritores epitacistas, “os jovens turcos”, redatores dos jornais paraibanos *A União* e *O Norte*, com

quem fundou uma revista modernista patrocinada pelo poder público, não por acaso intitulada *Era Nova*. Aconteceu que, terminado o governo Epitácio Pessoa, o então presidente de estado Solon de Lucena convidou-o para elaborar um relatório que desse notícia dos impactos positivos dessa gestão na vida da população e na economia paraibana. Esse material deveria não só render bons frutos para a imagem dos dois gestores como atestar, com informações de pesquisa empírica, a importância das obras contra as secas no desenvolvimento social e econômico da região, servindo à barganha pela manutenção dos recursos.

As obras contra as secas envolviam um conjunto complexo de investimentos, com açudes de médio e grande porte, mas também com melhoramentos na infraestrutura dos meios de comunicação e transporte – estradas de rodagem, ferrovias e portos – visando o desenvolvimento da economia local. A pesquisa para a produção do relatório começou com uma viagem pelo interior do estado, registrando aspectos geográficos, condições de vida da população e a situação das obras em particular. Em seguida, foram consultados os arquivos públicos e privados e livros clássicos, sobretudo para a análise das mudanças sob a perspectiva da história das estiagens. As hipóteses coadunavam com uma bibliografia, bastante em voga na época, que se apropriava de referências do positivismo e darwinismo racial no esforço para compreender o Brasil – em seu caso, sobretudo Euclides da Cunha e Oliveira Viana.

O resultado foi um livro com mais de 700 páginas, em que argumentava que as condições naturais e as características raciais da população do estado forneceriam potencialidades para o seu desenvolvimento social e econômico, mas que a ausência histórica de investimentos do poder público na região minava suas possibilidades de progresso. Em outras palavras, não era possível acreditar nas secas como fenômeno meramente climático, mas antes produto do descaso do Estado. E daí a importância de Epitácio Pessoa, “Homem do Norte”, na presidência da República, pautando temas caros à região, necessários a seu progresso: “Só o homem que sabia a história do nosso martírio e de nosso abandono e possuía, além de tudo, a experiência de nossas possibilidades teria a coragem desse cometimento patriótico” (ALMEIDA, 1980, p. 327).

Alguns anos mais tarde, José Américo voltou ao tema das estiagens, mas dessa vez na elaboração de um romance. Em *A Bagaceira*, ele narrou a história de uma família de retirantes sertanejos que pediam trabalho nos engenhos da várzea em troca de água e comida e, nessa localidade, sofriam com as violências de uma sociedade latifundiária e patriarcal. Soledade, Valentim e Pirunga envolviam-se em um conflito entre o senhor de engenho Dagoberto e seu filho Lúcio, cujo desfecho era uma tragédia que apontava a degradação a que essa gente estava exposta – “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã”. O livro foi publicado em 1928, com tiragem reduzida, mas em decorrência do sucesso alcançado, saíram mais quatro edições ainda aquele ano. Críticos como Alceu Amoroso Lima e Agripino Greico escreveram a seu respeito. O autor ascendia no circuito literário nacional, chegando a cogitar candidatar-se à Academia Brasileira de Letras (ALMEIDA, 1978, p. 2).

Ainda em 1928, José Américo foi convidado pelo presidente de estado João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa, para ocupar o posto de secretário geral do seu governo e, no curso dessa função, participou das reformas tributárias e administrativas que constituíram a agenda política desse mandato. Devido à proximidade do chefe do governo, participou da campanha da Aliança Liberal; acompanhou a comoção popular e as homenagens que sucederam o assassinato de João Pessoa e se tornou um dos principais articuladores da Revolução de 1930. Ao lado dos tenentes Juarez Távora e Juraci Magalhães, planejou o assalto aos quartéis e angariou apoio na região. Tanto que, deflagrado o movimento, ele foi escolhido governador geral do Norte.

Juarez Távora, enquanto comandante militar, e José Américo, governador geral, discutiam em suas cartas e telegramas os rumos políticos da região. Algumas pautas como o fechamento do legislativo e do judiciário nos estados, nomeação de presidentes provisórios e ministros eram avaliadas em conjunto. A proximidade do fim do conflito, com a vitória dos revolucionários no Norte

e no Sul, no entanto, colocou outro tema na agenda dos dois estadistas, a representação da região no ministeriado do governo então instituído. A esse respeito, o paraibano sugeriu: “Sendo dissolvido o Congresso Federal, lembro [a] ideia [de] cada estado ter um representante junto [a] cada Ministério: Interior, Viação, Renda, Agricultura, pessoa [de] confiança [do] presidente e conhecedor [das] necessidades regionais”⁶.

Getúlio Vargas, no dia seguinte à sua chegada ao Rio de Janeiro e subsequente posse no Palácio do Catete, em decorrência da importância dos revolucionários nortistas na campanha militar e para formar a base de apoio do governo que então se constituía, convidou Juarez Távora para o Ministério de Viação e Obras Públicas. Mas o tenente declinou da proposta, argumentava que sua atuação seria mais apropriada em uma instituição militar. Acontecia que o capitão seguia sendo um articulador fundamental do Bloco do Norte, que representaria os estados conquistados sob o seu comando: Acre, Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. Essa seria uma base de apoio fundamental para novo governo, de modo que o presidente logo encontrou uma fórmula institucional para o impasse – a Delegacia Militar do Norte (LOPES, 2014).

Dulce Pandolfi (1980) chama atenção para seu decreto de criação, publicado em 12 de novembro, dando a ela a função de propor nomeações, demissões, transferências ou qualquer outra sugestão de interesse público necessárias ao desempenho da missão revolucionária na região. Deve-se atentar, ainda, para o caráter *sui generis* desse espaço – era uma “Delegacia”, não um ministério ou secretaria, rótulo à parte no poder estatal, “Militar”, como queria Juarez Távora, e principalmente “do Norte”. Enquanto isso, por indicação de Juarez Távora, o presidente Getúlio Vargas convidou José Américo para o Ministério de Viação e Obras Públicas. O tenente conta, em suas memórias, que em uma viagem à capital paraibana teria ele próprio se encarregado de transmitir o convite: “Embora inicialmente relutante, ele o aceitou, diante da irrevogabilidade de minha renúncia e da conveniência, para a Paraíba e para o Nordeste, de terem um representante no Ministério da Revolução” (TÁVORA, 1974, p. 12).

José Américo desembarcou no Rio de Janeiro no dia 24 de novembro de 1930. Tomou posse poucas horas depois, oportunidade em que proferiu um discurso breve, mas cheio de significados quanto ao sentido que pretendia dar à sua gestão. Anunciava desde já seu propósito em tratar dos “Problemas do Nordeste”, que conhecia há muito tempo, embora fosse necessário avaliar os recursos de que iria dispor para tanto:

Havemos de fazer alguma coisa, mas tudo está condicionado na situação geral. Não sei como o governo federal poderá arcar com as responsabilidades financeiras que essas obras impõem. Estou certo que não deixaremos de ir em socorro do Nordeste e faremos o que permitir o momento [...] Há muitos outros problemas a ventilar num ministério: a Central do Brasil, o problema dos transportes, a navegação e comunicações em geral⁷.

Uma das primeiras medidas do ministro foi uma ampla reforma administrativa, dizia ele que no propósito de moralizar a gestão e regularizar os serviços. Esse processo teve início com a demissão de funcionários e funcionárias fantasmas e supressão de atividades defasadas – 338 cargos foram eliminados, dos 46 auxiliares de gabinete, ficaram apenas 12, dos servidores emprestados a outras pastas, 432 foram reintegrados e realocados nas inspetorias do ministério, gerando economia de quase seis mil contos de réis ao ano. Também houve restrição no uso dos automóveis, 49 carros foram recolhidos – leiloados, emprestados a outros setores ou efetivamente parados – incluindo o veículo oficial do ministro, como ele fazia questão de enfatizar, restando apenas seis transportes de passageiros para funções emergenciais. Linhas de telefone foram cortadas, de 174 aparelhos, das secretarias e residências particulares, ficaram apenas sete. Assim

⁶ A *União*, João Pessoa, 31 out. 1930, p.1.

⁷ A *União*, João Pessoa, 25 nov. 1930, p. 1.

também se deu com a concessão de passagens navais ou férreas (ALMEIDA, 1933).

As medidas de maior impacto, contudo, foram as reformas administrativas na companhia de navegação Lloid Brasileiro e na Central do Brasil. O ministro designou sindicâncias para avaliar o funcionalismo nesses serviços, que resultou na demissão em massa, só nessa última, de cinco mil pessoas. A notícia pegou mal na opinião pública. Mesmo os jornais favoráveis ao governo deram visibilidade. E não faltaram entrevistas nas quais nosso biografado tentou explicar suas atitudes. Em todo caso, o fato ficou marcado na memória coletiva dos operários do Rio de Janeiro. Essa imensidão de pessoas desempregadas, apesar das justificativas, pesaria em sua imagem pública por muitos anos. Nas memórias, ele explicava: “a Central do Brasil sempre serviu de ponto de apoio para as campanhas eleitorais. Chefes políticos como Paulo de Frontin por exemplo, pediam duzentas nomeações de uma vez” (CAMARGO *et al*, 1984, p.198).

O ministério também esteve empenhado na revisão dos contratos com empresas que prestavam serviços. Os casos foram inúmeros, mas um dos mais emblemáticos foi a campanha da *Light*, companhia de energia elétrica. Em desacordo com os empresários, o ministro derrubou a variação do preço da energia com base no padrão ouro e exigiu que fosse adotada a moeda nacional. A meta era reduzir a tarifa, que da forma como estava, flutuava com o câmbio internacional. Eram medidas que restringiam o poder de grandes investidores no país, como o magnata das minas e energia Percival Facquar, implicando em disputas na opinião pública e nas relações internacionais brasileiras, que envolveram o presidente Getúlio Vargas em oposição ao jornalista Assis Chateaubriand, que tomou partido pelo americano.

Ainda nos primeiros meses, as diferenças entre os grupos revolucionários foram se tornando mais fortes. Os tenentes tentaram, dessa forma, criar uma instituição com o objetivo de pensar a nação e oferecer direcionamentos ao poder estatal, sobretudo no propósito de evitar que as oligarquias retomassem o controle do Estado. O esforço mais forte com esse propósito foi o Clube 3 de Outubro, que reunia militares e civis, para discutir propostas e garantir apoio forte ao Governo Provisório. O desafio era encontrar agenda comum entre figuras de interesses distintos. Juarez Távora seria um dos principais articuladores, assim como Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e Pedro Ernesto. José Américo diria mais tarde não ter participado de nenhuma reunião, embora tivesse ocupado o conselho deliberativo nas primeiras gestões⁸. De toda forma, ele certamente não estava alheio ao que se discutia (GOMES, 1980).

A despeito disso, a Delegacia Militar do Norte, enquanto órgão do governo e comandado por Juarez Távora tinha um projeto de intervenção mais estruturada. O objetivo era estabelecer a unidade política e militar da região, e isso a partir do domínio dos tenentes sobre as oligarquias – inclusive sobre as elites dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930. O trabalho consistia em receber demandas locais, mediar conflitos, aconselhar questões de ordem política entre outras coisas. Isso acontecia por meio de um manancial de correspondências, sobretudo telegramas, que chegavam todos os dias e, via de regra, eram gerenciados por duas figuras da confiança do capitão tenente, os também militares Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca. A função mais importante, no entanto, era a indicação dos interventores federais nos estados ao presidente, dada a importância do cargo, que para além das funções burocráticas da chefia do Executivo, também tinha por função política apaziguar os ânimos dos chefes locais (LOPES, 2014).

Havia um trânsito entre a Delegacia Militar do Norte e o Ministério de Viação e Obras Públicas, na medida em que, ocupado por um nortista, também estava entre as funções políticas deste atender os interesses da região. Em alguns casos, o delegado e seus secretários mediavam uma solicitação de um interventor ou chefe político local junto ao ministro, encaminhando demandas e pedindo mais atenção para um problema. E não se pode perder de vista que, no que tangia à política paraibana, as indicações da delegacia também envolviam consultas a José Américo. Ele seguia ocupando a chefia do partido estadual, sendo também o paraibano revolucionário mais

⁸Carta de José Américo a Pedro Ernesto, publicada no jornal *Diário de Notícias* (30 dez. 1931, p.1. Rio de Janeiro).

próximo ao presidente da República e ao comandante militar do Norte. Mas quer me parecer que, nesse ponto, a amizade e o respeito mútuo que havia entre os dois contavam bastante – José Américo e D. Alice apadrinhariam o casamento de Juarez Távora com sua prima Nair naquele ano. Tendo lutado na mesma fronteira e pensado um poder estatal juntos, eram duas lideranças importantes, ainda em posições distintas, da Revolução no Norte.

A agenda do Ministério de Viação e Obras Públicas envolveu um conjunto de reformas que seriam fundamentais no programa de ação do regime revolucionário. Era preciso pensar no problema das distâncias, que se constituía como um entrave não só ao desenvolvimento do mercado interno, mas também à administração do país enquanto unidade e ao sentimento de pertença ao Estado Nacional. Em sendo assim, foram pensadas medidas estratégicas para otimizar a gestão e a ampliação de recursos para obras de infraestrutura nos setores de comunicação e transporte. Correios e Telégrafos, que antes funcionavam separados, foram fundidos em um mesmo órgão, o que implicou no estabelecimento de nova logística para suas atividades. Houve investimento em maquinário e extensão das redes telegráficas e telefônicas, ficou determinado tempo máximo de entrega e condições para realizá-lo (ALMEIDA, 1934).

Outros serviços foram reunidos em um mesmo departamento, como Portos e Navegação. Também mudaram a administração da companhia de navegação Lloid Brasileiro. No que tange às ferrovias, a construção de novas estradas, numa média de 229 quilômetros ao ano, priorizando regiões carentes do serviço, imprescindível para o desenvolvimento econômico, sobretudo em áreas sem acesso a vias fluviais e marítimas. A Central do Brasil, além da reforma administrativa, contou com a expansão de sua malha, construção de novas estações e eletrificação das locomotivas. Foram realizadas melhorias na aviação civil, marinha mercante, serviços de iluminação pública e ficou instituído o horário de verão no Brasil (ALMEIDA, 1934).

A prioridade em termos de transporte, contudo, foram as estradas de rodagem. Parte dos recursos foi intermediado pela IFOCS, que ficou responsável pela região Nordeste, o que compreendeu “1.810 kms. de estradas tronco e 652 de ramais, num total de 2.462 kms. de rodovias de primeira ordem, nas classes correspondentes, com 2.112 boeiros e 441 pontes e pontilhões”. No mais, “foram construídos ainda 180 kms. de boas carroçáveis”⁹. Isso além da edificação e reforma de estradas nas demais regiões do país, sempre no propósito de ligar capitais e ampliar as possibilidades de interconexão nacional. Jivago Barbosa (2020) mostra que José Américo começou a elaborar, nos relatórios e com referências a experiências estrangeiras, a organização malha rodoviária nacional em três planos – municipal, estadual e federal.

José Américo sugeriu ao presidente a eliminação de impostos que dificultavam a expansão dessa rede e, conseqüentemente, a integração nacional. Assim ele expediu o aviso n. 1.106, de 17 de novembro de 1931, a supressão das taxas para transporte em vias férreas. De acordo com Jivago Barbosa (2020), essa resolução seria parcialmente acatada com o decreto n. 21.418, de 17 de maio de 1932, que em seu primeiro artigo vedava a criação de impostos, taxas ou tributos “que incidam sobre o comércio interestadual ou intermunicipal”, por qualquer bens ou veículos¹⁰. Essa foi uma medida importante para alavancar o mercado interno, e assim também reduzir a dependência dos produtores e consumidores do mercado externo, o que era também uma forma de diminuir os impactos de uma nova crise econômica mundial no território brasileiro.

Mas é válido pensar que, apesar das inter-relações institucionais e afetivas, José Américo dispunha de certa independência política. O presidente, nesse momento, dependia do apoio dos tenentes, em particular, das lideranças nortistas, para garantir sua base de poder. E o paraibano também tinha certo trânsito com os demais ministros, em particular com Osvaldo Aranha, e uma posição de fronteira interessante entre civis e militares, devido à proximidade com Juarez Távora. Além disso, havia toda a ousadia que as promessas de mudança da agenda revolucionária

⁹ *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação*, de José Américo de Almeida (1934, p.99).

¹⁰ Decreto n. 21.418, de 17 de maio de 1932.

autorizava. Isso permitiu que sua atitude na gestão do ministério tivesse como norte, antes de qualquer coisa, suas próprias convicções de como deveria funcionar a pasta. Foi usando esse capital político que José Américo conseguiu afirmar alguns projetos que seriam marcantes para sua trajetória pessoal e para os interesses regionais, como as obras contra as secas.

A política de combate às secas no ministério de José Américo

As notícias dos primeiros retirantes se deslocando do sertão para o litoral nos estados do Norte tomaram os jornais no verão de 1932. Era previsível que isso acontecesse. As estiagens possuem certa regularidade, que o ministro conhecia dos tempos das pesquisas para a escrita de *A Paraíba e seus problemas*. A mobilização na opinião pública, porém, tinha um papel importante a cumprir para que as prioridades orçamentárias dos ministérios fossem revistas e novos recursos pudessem ser mobilizados para o IFOCS. As notícias davam tom de emergência e requeriam uma postura do ministro, o que o autorizava a pressionar outras pastas a colaborar na resolução da calamidade. Essa justificativa, aliás, era estampada nos relatórios e daria tom às suas entrevistas:

Se me perguntassem pelos 317.136:569\$947, de verbas orçamentárias e créditos especiais, dispendidos em assistência às vítimas da seca, eu poderia dizer simplesmente: Matei a fome de dois milhões de brasileiros, no maior cataclismo que já se abateu sobre todo o Norte, pela sua força destruidora e por seus reflexos em zonas isentas desses acidentes do clima (ALMEIDA, 1934, p. 161).

Nesse último ponto, nota-se o entendimento das secas não como um problema localizado, mas enquanto entrave para o desenvolvimento nacional. A guerra para conseguir recursos teve início no apelo ao Ministério da Fazenda. Osvaldo Aranha, titular da pasta, no entanto, negava qualquer aumento de gastos no orçamento do governo, o que levaria projetos maiores de assistência por água abaixo. Aconteceu que, tendo ele saído de férias pouco depois, Getúlio Vargas designou o próprio José Américo para assumir o posto interinamente. Foi assim que ele conseguiu articular a abertura do crédito de dez mil contos de réis, o presidente não se opôs (ALMEIDA, 1970).

Em todo caso, era uma aposta arriscada, tratava-se de um investimento alto em um programa emergencial específico, que não prometia retorno a curto prazo. Um empreendimento mais expressivo do que fora feito em qualquer outra oportunidade, incluindo os polêmicos esforços do governo Epitácio Pessoa. Tudo mais ficou, então, secundarizado diante da medida emergencial. Os resultados políticos foram bons, não só em termos de assistência social, mas principalmente com as obras, que convenceram a opinião pública da época que seria possível equacionar o impacto das estiagens subsequentes. Além disso, elas conferiam novo patamar ao problema das secas na política nacional, o que também servia para integrar o país em termos de agenda cívica, e no âmbito pessoal, agregou capital político ao paraibano. A imagem de “ministro das secas” colaria de maneira incontornável em sua figura pública.

O programa de assistência à população atingida pelas estiagens contou com um desenho arrojado. Havia agendas prioritárias de atendimento às pessoas em situação calamitosa, mas também investimentos de mais longo prazo, visando uma infraestrutura para que esses problemas não se repetissem. Mediante esse propósito, foram construídos açudes com maior capacidade de armazenamento, que exigiu um plano gestor em quatro eixos a partir de quatro grandes bacias hidrográficas – Acaraú e Jaguaribe no Ceará, Alto-Piranhas na Paraíba e Baixo-Assu no Rio Grande do Norte. Muitas dessas obras, eram realizadas em propriedades privadas, por meio de parcerias com seus senhores. O ministro justificava a escolha com a redução dos custos e eficiência na manutenção. Argumentava que a existência de um reservatório de água servia à alteração das condições hídricas locais. Houve ainda um esforço para construir estradas e melhorar a situação dos portos das capitais, com o propósito de facilitar a exportação de mercadorias e desenvolver a economia da região (ALMEIDA, 1933; ALMEIDA, 1934).

As atitudes mais imediatas para assistir à população tinham três pontos de ação. A primeira frente foi criar emprego para essas pessoas, inclusas mulheres e crianças – o que justificava a realização das obras nesse momento. A segunda proposição foi o abastecimento das regiões afetadas pelas secas, para que não faltasse água e comida, garantindo que aquela gente não padecesse de inanição e evitando os crimes comuns nessas circunstâncias – saques, estupros, canibalismo etc.¹¹. Isso também exigiu do governo uma política de controle dos preços. Em momentos emergenciais como aquele, não raro os mercadores seguravam produtos para inflacionar o valor. Como derradeira possibilidade de ação, foram criados campos de concentração para retirantes, sobretudo no estado mais afetado pelas estiagens. A ideia é que essa população retirante, atraída em troca de água e comida, não seguisse para Fortaleza, poupando a capital do assalto: “Não foi, entretanto, possível evitar os campos de concentração, que chegaram a conter, num só dia, no Ceará, 105 mil pessoas”. Devemos pontuar o pesar com que o ministro anunciou essa medida (ALMEIDA, 1934, p. 163).

A política de assistência às populações atingidas pela seca do biênio 1931-1932, conforme Frederico de Castro Neves (2001), foi a primeira na qual o Estado Brasileiro agiu de forma coordenada e centralizada. Isso se devia ao fato de que, para além de um programa de ação pensado para as especificidades da região – no qual eu julgo que a experiência intelectual do ministro pesou bastante – também contou a gestão direta do ministério e das interventorias com a população, sem para isso contar com o intermédio das elites locais, que costumavam usar esses recursos em causa própria. Nesse aspecto, é interessante notar a presença do ministro na região, seu primeiro destino foi o Ceará, depois visitou outros estados, nos quais pretendia conhecer a situação *in loco* e tomar algumas medidas mais imediatas a partir dos problemas encontrados, que eram dos mais diversos – populações migrando, epidemias etc. Fazia os seus traslados a bordo de um avião da esquadrilha italiana que Getúlio Vargas havia comprado a Benedito Mussolini pouco depois de sua posse (CAMARGO *et al*, 1984).

A viagem aconteceu na segunda quinzena de abril de 1932, para observar os problemas mais urgentes e a execução das obras – integravam a comissão um jornalista e um fotógrafo. O ministro registrava em sua correspondência, em particular nos relatos ao presidente, que encontrara no “teatro das secas” um cenário desolador, no qual seus esforços nem sempre eram suficientes para dar conta das urgências da população – mais de uma vez, ele teria se deparado com grupos imensos de retirantes famintos e doentes pelas estradas e os parques donativos que trazia consigo não davam conta de satisfazer as provisões mais imediatas¹². É certo que a maneira de registrar os eventos tinha em sua esteira a intenção de causar comoção nos destinatários imediatos – presidente e ministros – e na opinião pública de maneira geral. A continuidade da campanha, afinal de contas, dependia dos recursos que conseguiria mobilizar.

Alguns jornais se engajaram na campanha de assistência ampla às populações atingidas pelas secas, como o jornal *A União*, que fez uma cobertura extensa dessas atividades, sempre que possível exaltando a figura do ministro – apresentado algumas vezes como um “Redentor”. Em reportagem de 22 de abril, data posterior às celebrações de Tiradentes como mártir da República, foi publicado quanto a José Américo:

[A] sua presença no próprio cenário do flagelo, pondo-se em contato direto com as vítimas da calamidade, demonstra que os propósitos do eminente homem público se rumam decididamente para o êxito da obra de salvação coletiva que está empreendendo um nobre espírito patriótico¹³.

Mas a atuação do estadista no *locus* da calamidade pública tinha outros sentidos para além

¹¹ Em *A Paraíba e seus problemas*, José Américo (1980) descreveu muitos desses casos. O mais emblemático foi o homicídio cometido por Dionísia dos Anjos, que depois comeu a menina morta.

¹² Em um desses casos, ele encontrou um grupo de 500 flagelados no caminho de Caicó, no Rio Grande do Norte, a Brejo do Cruz, na Paraíba (*A União*, João Pessoa, 23 abr. 1932, p.1).

¹³ *A União*, 22 abr. 1932, p.1.

da mobilização da opinião pública. Havia todo um trabalho político que não pode ser perdido de vista. Em telegramas de muitas páginas, ele dava conta de algumas das providências que tomara: equacionar os recursos distribuídos para os interventores e os prefeitos a depender das urgências mais imediatas e ações mais estratégicas, no que o conhecimento do problema na região seria fundamental; pensar medidas de contenção dos retirantes, campos de concentração, colônias agrícolas e o incentivo à migração para a Amazônia, o que ele fez registrando enorme tristeza e dizendo encaminhar recursos públicos para que tivessem a assistência do Estado; também fez trabalho cooperativo com a Cruz Vermelha; e tentou sensibilizar chefes locais e proprietários de terras para colaborar com os esforços públicos nas obras e na assistência¹⁴.

Figura 1: José Américo na assistência aos flagelados da seca de 1932.



Fonte: *Careta*, 28 mai. 1932, p.31.

Uma parcela da historiografia tem observado na ação do ministro durante as obras contra as secas – entrega de donativos, mobilização na imprensa, fotografias etc. – um esforço para a construção de uma política paternalista¹⁵. Essa leitura, no entanto, desconsidera o sentido complexo do trabalho político da campanha de infraestrutura e assistência à população, incluso o esforço de divulgação das realizações do ministério, importante para alargar a presença do tema na arena pública. Nesse quesito, é importante lembrar que, desde a campanha da Aliança Liberal, havia um empenho dos políticos profissionais em aproximar eleitores e repensar a relação da sociedade civil com o Estado. A passagem do ministro – um agente do primeiro escalão do governo – no “teatro das secas” e a divulgação de seu trabalho na imprensa estimulava o aprendizado político e a formação de um eleitorado – conforme definição de Michel Offerlé (2005) – no entorno de sua figura, do presidente e dos revolucionários de maneira geral.

Em seu arquivo pessoal, há um arsenal de fotografias datadas desse momento. Uma quantidade expressiva representava as obras em execução – açudes, estradas, etc. Também tinha uma parcela delas com a população flagelada recebendo donativos, em muitas das quais José

¹⁴ Telegrama do ministro ao presidente (*A União*, João Pessoa, 26 abr. 1932, p.1).

¹⁵ Jivago Barbosa (2020, p.208), a título de exemplo, diz: “enfeixando grande prestígio e poder em torno de sua figura, José Américo passou a dominar o cenário político de grande parte da Região Nordeste e, mais especificamente, do estado paraibano. Se os princípios da “Revolução” de 1930 estavam ligados, principalmente, à ideia de superar as práticas políticas desenvolvidas durante a República Velha, o que se viu, na verdade, foi a continuidade dessas práticas tão peculiares das velhas oligarquias”, mas dessa vez, continuava, tendo os recursos nas mãos do ministro, que consolidava o “americismo”. Bento de Sousa Neto (2016, p.197) diz “para José Américo, as obras empreendidas favoreciam sua imagem de benfeitor junto à população nordestina e concretizava seu domínio político-oligárquico na Paraíba, tendo em vista que por meio delas era possível atender aos anseios clientelistas dos coronéis do estado”.

Américo aparecia com destacado protagonismo, trajado em seu paletó branco no meio da poeira do sertão seco, o que é marcava bem seu contraste com os mais pobres, com suas vestes encardidas. E mais, ele olhava para a câmera. O ministro sabia da importância do equipamento na excursão e do poder daquelas fotografias na construção de sua figura pública, tanto que escalou um fotógrafo e certamente combinou com ele o que deveria ser priorizado na composição. Todavia, eu entendo que as imagens antes do uso político imediato, tinham como objetivo atender a um compromisso intelectual do ministro.

Nem durante a viagem e nem depois, quando chegou à capital da Paraíba, e tinha condições técnicas para isso, elas foram publicadas na imprensa local – ao menos não no jornal *A União*, um dos mais empolgados na campanha do ministro. Ao invés delas, aparecia um retrato, talvez mais interessante para promover a familiaridade do leitor. Poucos periódicos o faziam, todos eles do Distrito Federal, como a revista *Careta*. O fato é que, desde sua pesquisa para escrever *A Paraíba e seus problemas*, ele reclamava a falta de fotografias nos relatórios de estudiosos, políticos e fiscais das obras, comprometendo a avaliação da viabilidade dos empreendimentos. Em outras palavras, as fotografias teriam um valor de prova do seu trabalho e justificativa dos recursos públicos, o que era bastante caro para si. Ele produzia uma documentação que serviria a futuras pesquisas, não deixando de ser uma maneira de se autoinscrever na história da região. Ele próprio usaria esse material, posteriormente, na composição dos seus relatórios.

A pauta da constitucionalização e a agenda política estadual

No fim do ano de 1931, a pauta da constitucionalização tomou espaço na opinião pública. A Frente Única Rio Grandense e os democratas de São Paulo lutavam por ela enquanto os tenentes se posicionavam pela manutenção da ditadura. Nessa ocasião, José Américo concedeu uma entrevista ao *Jornal do Brasil* declarando-se contrário ao término do regime discricionário: “esclareci que o tempo para que se apelava não era uma dilação calculada, mas o fator necessário para a organização de um novo espírito capaz de nos aparelhar outros destinos”¹⁶. Em 26 de dezembro, lançaram o *Manifesto à Nação*: “o Clube 3 de Outubro quer a Constituição. Pedi-la-á, quando quer notar ser possível a adoção de um sistema, se não perfeito, pelo menos assegurador da ordem, por período razoavelmente longo, e depois de verificar as medidas imediatas e indispensáveis à sua execução já foram tomadas” (TÁVORA, 1974, p. 60).

No final de 1931, o Bloco do Norte passava por redefinições. Juarez Távora escreveu a Getúlio Vargas pedindo sua renúncia da Delegacia Militar do Norte. Ele dizia que a instituição já não tinha sentido, os estados em que o poder revolucionário estivera instável haviam sido controlados com a nomeação de interventores militares – o último fora Juraci Magalhães na Bahia. Era estranho que pensasse assim em um momento no qual a reconstitucionalização tomava fôlego. Apesar disso, o presidente acatou a medida e extinguiu a delegacia. Mas os interventores não deixaram de reconhecer a liderança do comandante, que continuaria sendo consultado para decisões importantes. Destituído do cargo, voltaria à carreira militar, na posição de capitão, sua patente antes das revoltas tenentistas, exílio e prisões (LOPES, 2014; TÁVORA, 1974).

Durante o ano de 1931, Antenor Navarro comandou a interventoria da Paraíba com uma agenda de centralização administrativa e controle fiscal. Determinou a exoneração de funcionários públicos e reviu isenções concedidas pelos presidentes de estado que o antecederam. Também adotou uma série de prerrogativas visando tirar as máquinas administrativas municipais das mãos dos chefes locais, mantendo-as sob seu controle: demissão de servidores; controle de despesas; reorganizou as mesas de rendas, removendo fiscais subordinados aos chefes locais; expurgou prefeitos¹⁷. Eram medidas que, apresentadas como continuação do programa de João Pessoa,

¹⁶Carta de José Américo a Pedro Ernesto, publicada no *Diário de Notícias* (30 dez.1931, p.1. Rio de Janeiro).

¹⁷ Martinho Guedes dos Santos Neto (2007) detalha essas iniciativas em sua dissertação *Os domínios do Estado: a interventoria de Antenor Navarro e o poder político na Paraíba (1930-1932)*.

também faziam parte do projeto dos tenentes, em particular os nortistas, que tentavam manter o controle político da região por meio do desaparelhamento das oligarquias.

Aconteceu que, depois de um ano de governo, as insatisfações da elite paraibana só cresciam e desgastavam, cada vez mais, a imagem do interventor Antenor Navarro. Chefes políticos poderosos, aliados ou opositores da Aliança Liberal, perdiam sua rede de influência nos municípios – exemplos disso, Flávio Ribeiro Coutinho em Santa Rita e Joaquim Pessoa na cidade de João Pessoa. Segundo Martinho dos Santos Neto (2007), a mudança atingia em cheio a base de apoio do epitacismo, alcançando a própria família do ex-presidente da República. Alguns dos sobrinhos, inclusive, remeteram correspondências a Juarez Távora questionando a nomeação e reivindicando o posto que seria herança política de João Pessoa. José Américo, mais ou menos nessa época, escreveu ao interventor indicando moderação no trato da oposição e sugeriu que o presidente e o comandante militar do Norte andavam insatisfeitos. Se nos primeiros momentos, também eles conduziram uma administração centralizadora, àquela altura dos eventos, os três líderes nacionais perceberam que o regime não se sustentaria sem acordos com as oligarquias¹⁸.

O Governo Provisório balançava com as crises entre políticos do alto escalão. Em seu diário, ao passo em que registrava o rompimento de José Américo com o Clube 3 de Outubro e o desligamento de Juarez Távora da Delegacia Militar do Norte, Getúlio Vargas dizia: “o grupo revolucionário parece perder terreno”¹⁹. As fissuras entre os tenentes também revelavam muito das pressões sobre o governo na pauta da reconstitucionalização do país. Entre uns e outros, o presidente tentava equilibrar a unidade política e garantir a continuidade do regime. Era preciso rearranjar a maneira como o poder revolucionário estava organizado. Uma cartada importante, em dezembro de 1931, sinalizou uma possível mudança de postura. Segundo Jaqueline Zulini (2019), na tentativa de reduzir conflitos, ele transferiu Osvaldo Aranha, opositor da reconstitucionalização, para o Ministério da Fazenda. A pasta da Justiça ficou com Maurício Cardoso, legalista, que deu celeridade à reforma eleitoral. Na mesma época, todavia, o ex-delgado militar Juarez Távora viajara pelo Norte, o que diziam ser uma rearticulação pela continuidade do regime discricionário.

Em abril de 1932, depois de longa viagem pelo sertão nordestino, José Américo chegou a João Pessoa, de onde telegrafou ao presidente dando notícia de sua jornada e das providências que tomara. Dois dias mais tarde, subiu na aeronave Savóia Marchetti com destino à Capital Federal. Estiveram a bordo, o engenheiro Lima Campos, chefe do Serviço de Obras Contra as Secas, e o interventor Antenor Navarro. O último, em meio ao impasse com as elites locais, principalmente a família Pessoa. Era problema para o ministro, Juarez Távora e Getúlio Vargas. O fato é que, antes que qualquer resolução fosse tomada, um acontecimento precipitou o desfecho. Tentando aterrisar em Salvador, a avião caiu na Baía de Todos os Santos. Antenor Navarro e Lima Campos morreram na hora, José Américo e o piloto conseguiram se salvar:

Foi tudo uma fração de segundo. Antes de operar-me, fazendo a correção da miopia, eu era quase cego. Usava os óculos caricaturais, de lentes espessas que pouco adiantavam. E perdi-os na descida. Não sabia nadar. O medo que eu tinha da água que sempre fora minha inimiga, ameaçando tragar-me, quando me aventurava a dominá-la! [...] Bracejava, já sem fôlego, no último alento. E deu-se o impossível. Vim à tona, sem nenhum esforço, como empurrado de baixo para cima. O mar que me engolira vomitou-me (ALMEIDA, 1970, p. 42-43).

José Américo precisou de três meses para se recuperar dos traumas mais graves, tempo no qual esteve internado na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Apesar disso, preferiu continuar deliberando de seu leito no hospital. Tomar licença do posto prejudicaria o andamento das obras contra as secas, que se tornara o principal legado de sua gestão. Foi com esse argumento, a propósito, que ele pediu que o presidente o mantivesse no cargo. Os periódicos davam notícia das

¹⁸ Carta sem data, José Américo a Antenor Navarro (Arquivo Pessoal José Américo. Fundação Casa de José Américo).

¹⁹ *Diário* de Getúlio Vargas (1995, p. 83-84).

melhorias em seu estado de saúde: “Bahia, 9 (Diário de Notícias) O sr. José Américo recebeu informações do interventor do Ceará, também transmitidas ao sr. Getúlio Vargas, de que o número de flagelados da seca que se encontram nos campos de concentração aguardando trabalho eleva-se a quarenta mil”. E continuava: “O ministro de Viação, não obstante o seu estado, tem desenvolvido pasmosa atividade, tomando as medidas que o caso requer. Ontem, domingo, trabalhou quase ininterruptamente, tendo ao seu lado o seu oficial de gabinete sr. Rui Carneiro”²⁰.

O ministro havia se tornado, naquele primeiro semestre de 1932, um articulador político estratégico do presidente Getúlio Vargas. Essa sua atuação pode ser percebida em várias passagens do diário do estadista. Era notável a constância com a qual ele se fizera presente em audiência no Palácio do Catete e aparecia ao seu lado nos eventos, para além das habituais visitas às obras públicas. Na reunião ministerial de 19 de março, estratégica para os rumos do governo revolucionário, ele tomara a iniciativa de convidar interventores, o que foi visto com bons olhos pelo chefe de Estado. Em outra discussão, na madrugada de 20 para 21 de abril, quando revolucionários foram ao encontro do presidente para confabular novo adiamento da Assembleia Constituinte, Getúlio Vargas disse que não decidiria sem consultar Osvaldo Aranha e José Américo, que sabiam da força política do governo no Sul e no Norte (VARGAS, 1995).

Getúlio Vargas não negou recursos sempre que o ministro o solicitou. Em 23 de dezembro, registrou: “Os créditos abertos até o presente pelo Governo Provisório para atender às secas do Norte atingem cerca de 150 mil contos”. Adiante, seria necessário mais dinheiro. Mas essa era uma medida importante para selar bases de apoio na região. José Américo e o presidente, nesse momento, estavam alinhados quanto aos propósitos políticos do governo, o que quer me parecer ter se dado sem que nosso personagem tenha submetido seu programa ministerial à ingerência do chefe, resultava antes da proximidade ideológica, os dois pareciam entender as grandes questões daquele ano de maneira parecida. Mas a convivência deve tê-los feito aprender um com outro, gaúcho e paraibano, mais de política nacional. Em 20 de novembro, com as esposas Darcy e Alice, jantaram em casa de Maria Luísa, viúva de João Pessoa, e no ano seguinte passearam de carro com o filho dele Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (VARGAS, 1995, p. 166).

A morte de Antenor Navarro no acidente aéreo conferiu urgência ao problema da sucessão na interventoria da Paraíba. Na vacância do posto, em medida emergencial, Getúlio Vargas nomeou como interventor interino Gratuliano de Brito, então secretário de Interior e Segurança Pública. Conforme Bento de Sousa Neto (2016, p.36/37), uma série de características contavam a seu favor: “tinha formação jurídica, já vinha acumulando certa experiência ao passar por alguns cargos, havia colaborado com a Aliança Liberal”, fazia parte da gestão e estava familiarizado com as atividades administrativas. “Ainda por cima”, continuava o autor, “era primo de José Américo”.

De toda forma, a escolha do titular para o cargo precisava ser melhor elaborada, sem a pressa que a circunstância do acidente impôs ao governo. As elites regionais pressionavam por um nome de perfil conciliador. O presidente e Juarez Távora, que trataram do problema nesse primeiro momento, decerto não podiam dissuadir do programa revolucionário na região, ainda mais em um estado simbólico como a Paraíba. Ainda assim, era imprescindível que a decisão passasse por José Américo. Era ele quem entendia mais prontamente das questões locais. O ministro, porém, restava impossibilitado de tomar decisões dessa natureza nos primeiros dias de sua internação. Gratuliano de Brito seguiria na condição de interino por dois meses.

Ao ser consultado quanto à permanência desse no posto de interventor federal, dessa vez não mais na condição de interino, o ministro se eximiu da decisão, alegando se tratar de um primo seu, o que decerto soou ao presidente como ratificação da escolha. Em 28 de junho, Getúlio Vargas remeteu telegrama ao Palácio da Redenção na Paraíba informando ao chefe do governo estadual sua decisão de nomeá-lo titular. José Américo escreveu logo em seguida, dando nota das responsabilidades que o posto exigia:

²⁰Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 9 mai. 1932, p.1.

SÃO SALVADOR, 28 – Interventor Gratuliano Brito – João Pessoa – Não venho felicitá-lo pela sua efetivação na interventoria do nosso estado porque sei quanto os cargos de direção superior são para quem tem o discernimento do dever público cheio de espinhosas responsabilidades. Falo-lhe com o coração de amigo e de paraibano exortando-o à compreensão do sacrifício de que foi investido e dos compromissos que nos assistem na orientação dos destinos de nossa terra. São extraordinárias as suas responsabilidades para corresponder à expectativa dessa unidade que se formou em torno de seu nome, num verdadeiro caráter de aclamação. Governe sobretudo com o povo. Seja como é próprio de sua formação moral e jurídica, justo, tolerante, resistente aos interesses privados e intransigente no sentimento público, que a sua tarefa, se não for suave, será pelo menos condigna da confiança dos que o indicaram ao governo da Paraíba, num expressivo movimento plebiscitário. Nas minhas forças prometo ajudar os seus esforços de administrador junto aos altos poderes da República, procurando obter para nosso estado todo concurso a que tiver direito. Abraços – José Américo²¹.

Telegramas, via de regra, carecem de frases sucintas. Mas não foi essa a escolha do ministro, que demandou muitas folhas para transmitir sua mensagem. Tratava-se de uma narrativa importante, tanto para o seu destinatário oficial, que deveria tomar nota da missão que o aguardava, quanto para a opinião pública do estado. O remetente sabia que, como era de praxe, a correspondência seria publicada no jornal *A União*, como aconteceu. Era um recado, a bem dizer, para todos. A julgar pelo cuidado com que ele construía sua imagem de político preocupado antes de tudo com o bem público, em detrimento de qualquer interesse privado – que ele não deixou de frisar, com o acento professoral de político experiente – é muito provável que tenha pesado os pronomes de tratamento e o tom com que se dirigia ao interventor. Ficou com a postura de amigo, nem distante nem próximo demais, como poderia soar um tratamento familiar, e de toda forma, exterior à escolha. A relação ficaria, assim, como de um bom colega de trabalho.

O conteúdo da mensagem tinha caráter dúbio. Tratava da responsabilidade de corresponder às expectativas da unidade que, “num verdadeiro caráter de aclamação”, fizera a Revolução de 1930, sinalizando um acordo para as oligarquias dissidentes. Mas também tratou das obrigações morais da administração, alusão ao programa tenentista. Entre um ponto e outro, uma expressão que a mim não pareceu meramente retórica, ao dizer “governe sobretudo com o povo”, penso que José Américo indicava um projeto de mais longo prazo, que ele próprio se empenhava nas suas viagens pelo sertão e que fora estratégia importante na campanha da Aliança Liberal – uma maior aproximação entre o poder público e a população civil.

Gratuliano de Brito compôs uma política de pacificação. A disposição do secretariado é um indicador desse esforço. Escolheria o tenente Ernesto Geisel para a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas e Argemiro de Figueiredo, vinculado aos chefes políticos de Campina Grande, para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Assim, segundo Bento de Sousa Neto (2016, p. 211), ele manteria o projeto de “modernização autoritária (...) encetando políticas inovadoras e desenvolvendo obras estruturantes para o desenvolvimento econômico e social”, com investimentos nas áreas de instrução, saúde, justiça, obras públicas etc. Entretanto, fez concessões no que tangia à máquina pública municipal – com sua rede de empregos públicos, principalmente a indicação do prefeito. O autor fez levantamento de 23 prefeitos nomeados durante a gestão e notou a presença de sobrenomes vinculados às famílias mais poderosas.

Uma observação das correspondências nos arquivos pessoais dos dois políticos mostra que interventor e ministro discutiram os termos dessa política de pacificação o tempo todo. Bento de Sousa Neto (2016), que chama nossa atenção para isso, mostra que a escolha da secretaria foi bastante debatida. As cartas são testemunho de que foi José Américo quem indicou Argemiro de Figueiredo, mas no que tangia à outra pasta, Gratuliano de Brito bateu o pé no nome de Ernesto Geisel, o ministro preferia o chefe de polícia Severino Procópio. Mas também discutiam questões mais específicas, como a nomeação dos prefeitos, peça fundamental nos acordos políticos na

²¹ *A União*, João Pessoa, 29 jun. 1932, p. 1.

cidade de Sousa: “José Gomes e os Pires mostram-se satisfeitos com [Antonio] Pinto [de Oliveira], embora o velho não esconda as suas simpatias pessoais pelo Eptácio [Pessoa]. Entretanto, em qualquer hipótese, não constitue elemento ponderável”²².

Mais ou menos nessa época, devido às insatisfações com a morosidade do processo de constitucionalização e com os desmandos do regime discricionário, estourou uma guerra civil em São Paulo. O governo empreendeu esforços imediatos para debelar o movimento e evitar que outros núcleos estourassem. Depois de quase três meses de batalha, os paulistas assinaram a rendição. Mas apesar da derrota militar, a pauta da constitucionalização tomou fôlego na opinião pública, pressionando as lideranças governistas a mobilizar os esforços políticos e burocráticos que a viabilizasse, como a subcomissão no Palácio do Itamaraty, a qual ficaria responsável por elaborar o anteprojeto da futura Carta Constitucional. Em reação, os tenentes empreenderam articulações políticas para garantir maioria governista na Assembleia Constituinte de 1933 e 1934. Entre as principais propostas, estava a criação de um partido único que mobilizasse as forças revolucionárias. A União Cívica Nacional (UCN) deveria, portanto, reger e disciplinar as correntes tenentistas no processo de constitucionalização.

Juarez Távora, ainda no final de 1932, depois de uma conversa entre Getúlio Vargas e José Américo, foi nomeado ministro da Agricultura. Os dois líderes da Revolução no Norte – chefe civil e comandante militar – reunidos novamente, dessa vez como ministros, de alguma maneira representava o peso do Bloco do Norte na sustentação política do Governo Provisório. As eleições próximas ameaçavam o comando revolucionário na região, na medida em que deslocavam a legitimidade política do governo central para os candidatos eleitos, e com ele o domínio da máquina pública. Nesse sentido, Juarez Távora encaminhou uma circular: caberia “a cada interventor criar honestamente, em seu estado, um ambiente eleitoral capaz de permitir a representação condigna dos elementos revolucionários na Assembleia Constituinte”, o propósito seria “garantir a eleição de um futuro governo constitucional que assegure a continuidade da obra administrativa ora em realização” (TÁVORA *apud* PANDOLFI, 1980, p. 360).

A organização político-partidária às vésperas das eleições assumiu diferentes características nos estados nortistas. Janilson Lima (2020) observa que, mediante a incapacidade dos governistas e opositores em formar acordo, a Liga Eleitoral Católica lançou candidatos e conseguiu formar maioria no Ceará. Fernandes Távora, líder do Partido Social Democrático, amargou a derrota nas urnas, que respingava em seu irmão Juarez Távora, cujos esforços para mediar conflitos por meio da União Cívica Nacional deram errado. Mas o enfrentamento funcionou na Bahia, embora tivesse sido o estado que os tenentes mais demoraram a pacificar – por meio da nomeação de Juraci Magalhães. Ele montou uma campanha de filiação ao Partido Social Democrático com foco não nos chefes locais, mas em profissionais liberais – médicos, advogados, dentistas. Fez isso através de cartas e viagens: “Conseguí eleger vinte representantes de vinte e dois deputados federais no pleito de maio de [19]33, a bancada mais numerosa que qualquer líder da Revolução tinha podido levar à [Assembleia] Constituinte” (MAGALHÃES, 1996, p. 151).

No estado da Paraíba, o grupo político governista fundou o Partido Progressista dia 12 de abril de 1933. O manifesto anunciava “a coesão do espírito público”, herança de João Pessoa, o primeiro daqueles homens públicos dedicados ao enfrentamento do “mandonismo local”. Apesar disso, o interventor Gratuliano de Brito, o ministro José Américo e o secretário Argemiro de Figueiredo estiveram empenhados nos acordos com os chefes políticos para assegurar maior controle sobre os processos de alistamento e votação nas eleições próximas²³. Martha Santana (2000) conta que, antes, o governo organizou reuniões com os prefeitos nas quais lançava diretrizes das eleições ao passo em que concedia crédito rural e inaugurava obras públicas. O jornal *A União* exaltava o partido governista e fez campanha para que as pessoas fossem votar.

²² Carta de 14 mai. 1934, de José Américo a Gratuliano de Brito (*apud* SOUSA NETO, 2016, p.181).

²³ *A União*, João Pessoa, 13 abr. 1933, p.1 (2ª Seção).

A oposição fundou, dia 10 de abril de 1933, o Partido Republicano Libertador, presidido por Joaquim Pessoa. Também houve influência da Liga Eleitoral Católica e da Liga Pró-Estado Leigo. Na mobilização dos partidos, José Américo e Juarez Távora estiveram na Paraíba. O grupo governista conseguiu, com mais de 80% dos votos, eleger os cinco deputados constituintes da bancada paraibana – Manuel Veloso Borges, Irineu Joffily, Odon Bezerra Cavalcanti, José Pereira Lira, Heretiano Zenaide. Interessa perceber que essas eram figuras próximas aos interventores desde a Revolução de 1930, de modo que não houve grandes concessões na escolha dos seus nomes. Isso deve ter dificultado as negociações, mas era capital aos governistas, para garantir a coesão do grupo em momento central para o futuro político do país, a Assembleia Constituinte. O estado também elegeu um deputado classista, Vasco de Toledo.

A historiografia paraibana convencionou certa narrativa que compreende os acordos entre tenentes-civis e oligarquias dissidentes posteriores à Revolução de 1930 como um processo orquestrado por José Américo para consolidar uma nova oligarquia, dessa vez tendo ele como chefe – o assim chamado “americismo”. O ponto nevrálgico dessa virada seria a política de combate às secas de 1932. O ministro teria se valido dos recursos públicos federais para construir uma imagem de “Redentor do Nordeste”, angariando votos a partir de uma prática assistencialista. Além disso, negociaria verbas que os chefes políticos desviariam através de antigas práticas que maquinavam uma “indústria das secas”. Mais que isso, ele teria tomado proveito do prestígio para indicar a parentela aos principais postos de poder no estado e com isso orquestrar os acordos que, no contexto das eleições, resultariam em uma nova composição oligárquica.

Eliete Gurjão (1994, p.112), em *Morte e vida das oligarquias (Paraíba, 1889-1945)*, dizia que o ministro teria se desentendido com Antenor Navarro, esse representante dos tenentes no estado, mas com o governo de Gratuliano de Brito, que era seu primo, tivera como agenciar “a integração das chefias políticas ao controle do governo central, ao mesmo tempo que garantia a efetivação de sua liderança sobre essas chefias, encaminhando, assim, a recomposição das oligarquias”. Enquanto isso, Martha Santana (2000, p. 145), em *Poder e intervenção estatal (Paraíba, 1930-1940)*, tem uma interpretação distinta, ela entende que mesmo como figura central do partido, José Américo compartilhava do projeto tenentista. Mas na sua leitura, ele teria, senão orquestrado, ao menos compactuado com a “reprodução das tradicionais relações de produção”, e em outras palavras, “relações pessoais de dominação política, subordinaram a massa explorada e as oligarquias locais ao controle do aparelho estatal, nos marcos dos estados regionais”.

Essa maneira de entender o processo político devia-se muito às críticas que a oposição fazia a José Américo na época, e que em grande medida foram usadas em outros momentos de sua vida, mas dessa vez com peso e significado maior, devido ao cargo que ocupava e à liderança política que dispunha. Figuras como Joaquim Pessoa diziam que, apesar do discurso antioligárquico, ele estaria se associando aos coronéis, em particular os do sertão, muitos deles inimigos de João Pessoa – com isso o aspecto da “traição” pesava na opinião pública. E seguia-se a narrativa da parentela empregada, ou com outros benefícios. Esse seria o caso do primo interventor Gratuliano de Brito; mas também do irmão Jaime de Almeida, prefeito de Areia; e de seu tio monsenhor Walfredo Leal, que teria requerido pensão em 1932 – 600 mil réis devidos aos serviços prestados na vida pública, entendida como favor do sobrinho²⁴.

Eu penso que há um uso equivocado do conceito de oligarquia nessas análises. Esse é um conceito difícil de operar devido ao valor negativo associado a ele desde a antiguidade clássica²⁵, razão pela qual é importante situar o sentido histórico mais específico, nesse caso, a experiência política da Primeira República. Em sendo assim, Wanderley Guilherme dos Santos (2013) fala de um regime de representação restrita, mobilizado a partir dos valores e interesses de um grupo limitado de pessoas. Isso não me parece coadunar com as intenções do ministro José Américo. As

²⁴ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1932, p.2.

²⁵ Conforme verbete “Oligarquia”, de Norberto Bobbio (BOBBIO, 1998).

concepções aos ganhos privados – nos termos de Michel Offerlé (1987) – dos chefes locais me parecem antes condição para a efetivação de seu programa social que o propósito que a movimentava. Apesar do Código Eleitoral de 1932, as eleições ainda estariam muito marcadas pelo poder dos coronéis nos municípios, e não tendo condições de garantir uma vitória pela mobilização popular, restava a ele, sob risco de perder a hegemonia – o que aconteceu com a família Távora no Ceará – negociar com os quadros políticos do estado.

Mas nesses acordos não valia tudo. Foi para pensar esses termos mínimos, aliás, que os tenentes pensaram ao criar a União Cívica Nacional. Também não me parece justo pensá-lo como único articulador do partido. Gratuliano de Brito e Argemiro de Figueiredo agiram considerando suas próprias forças e interesses – públicos, do grupo e pessoais. No que tange à nomeação dos parentes, é interessante questionar até que ponto ele teve participação nisso. José Américo era membro de uma família de senhores e senhoras de engenho que tinha, sobretudo no século XIX, o casamento como estratégia para se perpetuar no poder. Isso significa que o ministro tinha parentes espalhados por várias localidades e recorrentemente com capital político suficiente para alcançar postos de poder. Mais do que isso, que esses laços seriam imprescindíveis para a formação de alianças políticas naquele momento. Tanto é assim que, à exceção do coronel Jaime de Almeida – que de fato deve ter se beneficiado do nome de prestígio do irmão mais velho para alçar a prefeitura – os demais eram primos distantes. O que eu penso, conhecendo suas ideias e a documentação, é que ele tentou não agir pessoalmente para beneficiar ninguém, embora saibamos que a proximidade consigo era suficiente para que as redes de influência funcionassem.

Em meados do ano de 1933, Getúlio Vargas planejou uma viagem pelos estados do Norte, na qual teria a companhia de José Américo, Juarez Távora e Góis Monteiro. Alegava que precisava conhecer melhor a realidade do país, mas decerto deve ter pesado também a necessidade de reafirmar suas bases de apoio político. Não era a toa que se acompanhava de dois comandantes do Bloco do Norte. Conhecido por uma parte da população pelos retratos na imprensa e por outra nem dessa forma, estar junto com eles, que percorreram várias vezes a região, conheciam coronéis e pessoas comuns, capitalizaria a seu favor. Em certa maneira, era uma oportunidade de reunir a imagem dos três líderes em um projeto comum de país na região, mas nem por isso destituído de hierarquia – o presidente aparecia sempre como chefe primeiro. Partiram no dia 22 de agosto de 1933, a bordo do “Almirante Jaceguay” do Lloyd Brasileiro²⁶. Pararam em Vitória, no Espírito Santo, e seguiram para Salvador, Aracajú, Maceió, outras capitais nortistas em longos 44 dias de estradas, discursos e reuniões políticas. Ao longo do percurso, visitaram as obras em execução, as quais não deixaram de ser bastante elogiadas pelo presidente – era o programa revolucionário que estabelecia suas bases na região.

Às vésperas da promulgação da Constituição de 1934, José Américo renunciou ao cargo de ministro. As greves e o regime constitucional que se iniciava tornaram a sua permanência insustentável. Nessa ocasião, ele concedeu entrevistas, produziu dois relatórios a respeito de sua passagem na pasta e escreveu duas novelas em que ficcionalizava a transformação que as obras contra as secas produziram na vida da população nortista – *O Boqueirão* e *Coiteiros*, ambos de 1935. Tentava, assim, petrificar um legado no ministério e inscrever as bases do que seria ser uma administração revolucionária das obras públicas. Falava dos transportes, da comunicação, da postura de gestor que sobrepunha os interesses públicos aos privados – ponto recorrente em sua oratória – e não deixava de tratar da importância central da política de combate às secas. Era a pauta dos recursos para o Norte que ele mantinha em sua agenda, mesmo depois do fim do mandato, por meio de seus projetos de memória – o “ministro das secas”.

²⁶ Conforme notícia publicada em *Diário de Notícias*, (20 ago. 1933, p.1. Rio de Janeiro).

Considerações finais

Ao acompanhar a ascensão pública de José Américo, nota-se que um expediente foi se constituindo com uma evidência singular em sua agenda – a representação política nortista no poder central. As obras contra as secas, nesse aspecto, tinham uma importância prioritária como investimento que impulsionaria a economia local e a própria vida social. Isso estava posto como argumento desde a escrita de *A Paraíba e seus problemas* (1923) e se tornou ponto alto do seu programa ministerial ainda no discurso de posse. Seria a retomada de um projeto, portanto, iniciado no mandato de Epitácio Pessoa. Nesse aspecto, se a coalizão dos estados conquistados pelas forças revolucionárias nortistas foi imprescindível para que tivesse capital político para reivindicar recursos e empreender uma política de combate às secas com tamanha magnitude, também elas foram fundamentais para assegurar a unidade da região na constitucionalização.

O trabalho político empenhado nas secas de 1932 envolveu a presença do ministro *in loco* por vários meses, nos quais ele esteve envolvido nas atividades imediatas de assistência à população atingida e nos acordos com as elites locais para viabilizar as atividades do governo. Essa atitude tinha como objetivo e resultado a construção da sua imagem de político, da figura do presidente Getúlio Vargas e dos propósitos de Revolução de 1930 – compartilhá-los com a população era o caminho para torná-los duradouros. A destituição do modelo das eleições passíveis de maior controle dos chefes políticos, a modernização da economia, entre outros temas correlatos a esses faziam parte dessa agenda. Mas para além disso tudo, havia um propósito social na prioridade que as obras contra as secas ganharam em sua gestão. Tendo sido um intelectual empenhado em entender o fenômeno climático desde os anos 1920, ele acreditava no poder transformador daquele projeto de desenvolvimento e se empenhou em sua direção.

Ao entender as obras contra as secas como um simples caminho para capitalizar recursos para as elites locais – uma “indústria da seca” – tendo em vista a formação de outra oligarquia para as eleições de 1933 e 1934, a historiografia toma consequência como causa. José Américo decerto se tornou uma figura de destaque na política estadual depois da Revolução de 1930, e ganhou ainda mais relevo depois das secas de 1932. Mas isso não significa que esse fosse o fim de seu projeto político. O nosso exercício no texto, portanto, foi em grande medida desnaturalizar a ideia negativa de que os políticos *stricto sensu* – qualificados de “paternalistas” e “oligarcas” – tivessem o mero propósito de alimentar sua sede de poder, sem projetos de relevância social. Mais que isso, tentar perceber no âmbito das ações dos indivíduos, mediante suas possibilidades, mudanças e permanências na forma de fazer política entre os anos 1920 e 1930.

Em outras palavras, as obras contra as secas, como toda política de governo, na esteira de Michel Offerlé (1987), envolviam ganhos públicos, públicos divisíveis e privados. Seus resultados se fizeram sentir a curto, médio e longo prazo, com impactos nas localidades onde ele se fez mais presente, na região e na economia nacional – em um período em que a interconexão do país era desejada. Muitos grupos se beneficiaram mais diretamente com os empreendimentos, como os proprietários das terras próximas aos açudes e estradas, e isso certamente foi usado por muita gente nos jogos políticos em curso. Mas essa não era – e isso que eu gostaria de deixar marcado nesse texto – a intenção prioritária do ministro, que andava mais preocupado em reduzir os impactos das estiagens na vida da população em geral e na economia local, ampliar os recursos do Norte no orçamento público federal e, em tempos de constitucionalização, consolidar uma base política revolucionária na região.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980.

- ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- ALMEIDA, José Américo de. *O Ministério de Viação no Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Oficina dos Correios e Telégrafos, 1933.
- ALMEIDA, José Américo de. *O ciclo revolucionário no Ministério de Viação*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1934.
- ALMEIDA, José Américo de. *Eu e eles*. Rio de Janeiro: Nosso Tempo; INL, 1970.
- BARBOSA, Jivago Correia. A integração dos “Brasis”: José Américo de Almeida e o Ministério de Viação e Obras Públicas durante o governo provisório (1930-1934). In: SANTOS NETO, Martinho Guedes; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida (orgs.). *Regime de interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)*. João Pessoa: UFPB, 2020, p. 187-218.
- BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Tradução Carmen Varriale. Brasília: UNB, 1998.
- CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKESMAN, Sergio. *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: FGV, 1984.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1993.
- GOMES, Angela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 427-487.
- GURJÃO, Eliete. *Morte e vida das oligarquias: Paraíba, 1889-1945*. João Pessoa: UFPB, 1994.
- LIMA, Janilson. “A Liga Eleitoral Católica é Partido Político?”: a LEC e as eleições no Ceará. 329f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2020.
- LOPES, Raimundo Hélio. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 319f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.
- MAGALHÃES, Juraci. *O último tenente*. Depoimento a J. Gueiros. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- MORAES, Kleiton de Sousa. *O sertão descoberto aos olhos do progresso: a inspetoria de obras contra as secas (1909-1918)*. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2010.
- NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 40, 2001, p. 107-131.
- OFFERLÉ, Michel. *Les partis politiques*. 4 ed. Paris: PUF, 2002.
- OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. Tradução de Guilherme Teixeira. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p.343-361.
- PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 339-425.
- SANTANA, Martha. *Poder e intervenção estatal: Paraíba 1930-1940*. João Pessoa: UFPB. 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Dados*, v. 56, n. 1, 2013, p. 9-37.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. *Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*. 160f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2007.

SOUSA NETO, Bento Correia de. *Governo interventorial e relações de poder na Paraíba Pós-1930: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934)*. 241f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: 2. A caminhada no planalto*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1974.

VARGAS, Getúlio. *Diário (1930-1936)*. Rio de Janeiro: Siciliano, 1995.

ZULINI, Jaqueline. Por além do discurso moralizador: os interesses políticos e o impacto da criação da justiça eleitoral em 1932. In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral: dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019, p. 163-198.

Notas de autoria

Luiz Mário Dantas Burity é doutor em História pela UNIRIO, mestre e graduado em História pela UFPB. E-mail: marioburity@hotmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

BURITY, Luiz Mário Dantas. “Redentor do Nordeste”: as obras contra as secas e o projeto político de José Américo de Almeida no Ministério de Viação e Obras Públicas (1930-1934). *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 45, p. 89-108, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

O presente trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 19/03/2021.

Modificações solicitadas em 12/08/2021.

Aprovado em 13/10/2021.